

PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS GERADORES DAS LDBS¹

Milton Cleber Pereira Amador²

RESUMO: A primeira LDB, elaborada a partir da década de quarenta e finalizada em 1961, representou a estratégia da conciliação, de acordo com as correlações de forças da época. Já nas reformas da LDB, verificou-se a adequação da lei ao regime de repressão que se encontrava o país. Atendeu os princípios do capitalismo imperialista, prevalecendo a lógica do tecnicismo. Novamente na elaboração da nova LDB estiveram presentes os interesses em disputa na época. Com a conjuntura favorável os privatista, inspirados na ideologia do neoliberalismo, impuseram seus princípios na lei.

PALAVRAS-CHAVES: Ideologia; Educação; Legislação; Sociedade; Lei de Diretrizes e Bases

ABSTRACT: The first LDB, elaborated from the decade of the forties and concluded in 1961, represented the strategy of the conciliation, in agreement with the correlations of forces of the time. Already in the reforms of LDB, the adaptation was verified from the law to the repression regime of the country. It met the principles of the imperialistic capitalism, prevailing the logic of the technicism. Again in the elaboration of new LDB they the interests in dispute were present at that time. With the favorable conjuncture the privatists, inspired in the ideology of the neoliberalism, they imposed their principles onto the law.

KEY-WORDS: Ideology; Education; Legislation; Society; Basis and Guidelines Law

¹ Artigo produzido a partir da Dissertação **Ideologia e Legislação Educacional no Brasil (1946 — 1996)**.

² Mestre em Educação e Ensino. Professor de História e Sociologia na Universidade do Contestado.

NA ELABORAÇÃO desta pesquisa procurou-se entender as relações de contradições que se encontram na sociedade brasileira, principalmente quando analisamos seu processo de desenvolvimento a partir de 1946.

Ao fazermos a análise do desenvolvimento político, econômico e social do Brasil de 1946 a 1964 constatamos, principalmente no aspecto econômico e nos embates políticos, a disputa por dois modelos de sociedade: o nacional desenvolvimentismo versus os defensores da privatização.

Nesse período, após quase duas décadas de ditadura getulista, vivia-se com relativa participação política da sociedade civil. A Constituição, elaborada em 1946, era até então a que melhor representava os anseios da sociedade brasileira. “A Constituição de 46 era liberal e regularizou a vida do país procurando garantir o desenrolar das lutas político-partidárias ‘dentro da ordem’”. (Ghiraldelli Jr., 1992, p. 110).

No plano internacional, crescia o confronto ideológico entre EUA e URSS, fato que tornava mais ricas as disputas internas. “A sociedade civil tomou corpo, e não só foi capaz de gerar uma série de partidos políticos de caráter nacional e regional, como também sustentou a atuação de ‘partidos ideológicos’, como as Igrejas, os vários órgãos de imprensa escrita, as rádios etc.” (Ghiraldelli Jr., 1992, p. 111). Nesse momento, o Brasil transformava-se muito, não só nos aspectos políticos na construção de uma sociedade democrática, mas principalmente no nível econômico, onde as mudanças eram significativas. A economia agroexportadora, que até então dominava as relações econômicas, terá na indústria uma nova concorrente, ou seja, o país deixa de ser hegemonicamente agrícola e passa a conviver com grandes centros urbanos industrializados.

Portanto, a partir deste momento temos a chamada Guerra Fria, quando, de um lado, aparecem os EUA e, de outro, a URSS. Isto determina uma nova estratégia de disputa. O mundo capitalista, agora com a liderança americana, passa a incentivar a industrialização nos países dependentes com maior vigor, objetivando melhor controlá-los e tê-los como aliados.

Assim refere-se Nelson Werneck Sodré (1977, p. 78) sobre a nova conjuntura mundial:

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, por volta de 1945, desaparece a sentença, absolutamente condenatória do “essencialmente agrícola”; o imperialismo aceita a industrialização nos países dependentes. Passa a nova etapa. Nessa nova etapa, não mais podendo impedir a industrialização neles, associa-se, conseqüentemente, no interior do país de economia dependente e aí produz o que destina a esse mercado.

É nesta conjuntura de efervescência política e de transformações na economia, com novos atores sociais, que será elaborada a primeira Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira. As disputas ideológicas ocorridas durante o período de debates, estarão diretamente vinculadas às relações econômicas e políticas em evidência na época.

Nesta lógica, os dois grandes embates ideológicos que marcaram as disputas nesta fase foram a questão da centralização x descentralização e o confronto entre os defensores da escola pública x escola particular.

O embate entre centralização x descentralização, por falta de entendimento entre seus ideólogos, levou ao arquivamento do primeiro projeto de LDB. A questão da centralização era vista por dois ângulos, ou seja, era lembrada com a ditadura do Estado Novo e levava muitos educadores progressistas a não encampá-la. Também, os educadores, ligados à igreja católica, entendiam que a questão da centralização dava ao Estado um controle muito grande na educação e isso contrariava os seus interesses, pois a igreja tinha um controle quase hegemônico da escola particular, na época.

A descentralização era vista como uma necessidade por educadores de idéias novas, pois entendiam que as diferenças regionais seriam contempladas com a descentralização. Os educadores, ligados a defesa da escola pública, viam na descentralização um caminho para a privatização e por esta razão eram contra. Assim, por falta de entendimento, o projeto foi arquivado e a sociedade teve que esperar mais alguns anos para ter uma LDB. Na retomada das discussões, no início da década de 50, o confronto irá evoluir entre escola pública e escola privada.

O confronto entre os defensores da escola pública e defensores da escola privada estava diretamente relacionado à disputa dos modelos de sociedade da época. Dessa forma, a escola pública tinha seus aliados nos grupos ideológicos que lançaram em 1959 o Manifesto dos Educadores, passando a contar também com o apoio de alguns setores das elites liberais da sociedade. Os privatistas tinham na Igreja Católica, que hegemonizava o ensino particular na época, seu mais forte aliado e também contavam com o apoio dos setores ligados aos defensores da privatização da economia.

A partir de 1956 até o golpe de 1964, intensifica-se a disputa ideológica entre dois projetos de sociedade: projeto nacionalista, ligado à escola pública, e o projeto do capital internacional, tendo como princípio básico a escola particular.

No Congresso Nacional a disputa também toma um caráter bastante ideológico. De um lado estavam os defensores da escola particular liderados por católicos, defendendo o projeto de Carlos Lacerda. Do outro lado estavam os críticos do projeto de Lacerda, com uma composição ainda não plenamente hegemônica do ponto de vista ideológico.

É importante ressaltar o surgimento do “Manifesto dos Educadores”, em 1959, inspirado no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, que, com novas mobilizações organizam a “Campanha de Defesa da Escola Pública”, buscando assegurar a igualdade de oportunidades educacionais. Não ficando indiferentes, os privatistas ligados à igreja Católica, criam a “Campanha de Defesa da Liberdade do Ensino”, que significava liberdade para ampliação de mercado e lucratividade.

O que começa a ocorrer nesse momento, devido à falta de uma posição ideológica mais hegemônica por parte dos opositoristas é uma ligeira tendência para a conciliação. Consagrou-se assim uma LDB de conciliação das forças conservadoras e liberais, resultando num projeto liberal de educação, o que agradava a ambos. “Em síntese, pode-se concluir que o texto convertido em lei representou uma “solução de compromisso” entre as principais correntes em disputa. Prevaleceu, portanto a estratégia da conciliação”. (Saviani, 1996, p. 45).

Assim, durante toda a década de 50, o principal debate da LDB girou em torno do princípio da privatização versus estatização. Como a conjuntura da época era marcada

pela democratização da sociedade, com forte tendência para o liberalismo econômico, embora os defensores do nacional desenvolvimentismo contassem com forte representação, tanto na sociedade civil como no Congresso Nacional, a lei aprovada para a educação atendeu os interesses de conciliação entre as partes retratando desta forma, a correlação de forças daquele momento.

Portanto, o texto aprovado não correspondeu plenamente às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo. Foi, antes, uma solução de compromisso, uma resultante de concessões mútuas prevalecendo, portanto, a estratégia da conciliação. Daí por que não deixou de haver também aqueles que consideraram a lei aprovada pelo Congresso Nacional como inócua, tão inócua como o eram as críticas estribadas na estratégia do "liberalismo". (Saviani, 1996, p. 47).

A Lei 4.024/61, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, irá apresentar características bastante liberais, determinando com isto vitória das forças privatistas. Mas, também saem vencedores os defensores da escola pública se for considerada a correlação de forças que compunham o Congresso Nacional na época. Assim, a primeira LDB contemplou interesses privados e garantiu de acordo com a representação política do Congresso, a escola pública possível para o povo naquele momento.

Mas a Lei 4.024/61 teve muito pouco tempo de vigência, pois em 1964, foi efetuado o golpe militar que descaracterizou totalmente a sociedade brasileira. Se os interesses privatistas não saíram vencedores na primeira LDB, venceram o embate político-econômico contra os defensores do nacional desenvolvimentismo.

Com a derrota do projeto nacionalista para o imperialismo norte americano, o projeto de construir uma escola pública democrática, de qualidade, com exclusividade nas verbas públicas foi também derrotado. Os militares impuseram um regime de repressão violenta a qualquer tentativa de oposição às idéias do imperialismo e estavam a serviço do capitalismo internacional e dos grandes grupos do capital nacional.

A educação passa ser vista sob uma concepção tecnicista³, privilegiando a departamentalização, a matrícula por disciplina, o sistema de créditos, a profissionalização do segundo grau e o detalhamento curricular. Isto tudo visando a desmobilização e a desorganização de estudantes e professores, para que não mais resistissem às mudanças e à nova ordem imposta pelo estado ditatorial. Antonio Joaquim Severino (1986, p. 92), assim se refere a este momento histórico:

A nova política educacional implementada pelo governo pós-64, além de seu caráter puramente mercantil, tem, pois, função ideológica muito atuante, respondendo bem à reprodução da ideologia e, através dela, do sistema das relações sociais. O que se quer do sistema educacional é a produtividade, o baixo custo de mão-de-obra numerosa mas com qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, adequada às necessidades da manutenção do sistema econômico vigente.

O regime de terror começa a ser implantado no país num processo crescente, até atingir o seu ponto culminante no início da década de 70. As organizações políticas da sociedade civil que vinham num crescente se organizando, foram totalmente destruídas,

³ Concepção de educação que trata o ensino a partir de uma visão totalmente tecnicizada, visando atender os interesses do mercado capitalista em expansão no Brasil na época. A legislação educacional passa a sofrer alterações no sentido de adequar-se as novas exigências econômicas.

bem como os partidos de esquerda, restando apenas dois grupos políticos, que davam certa representatividade ao regime, a ARENA (partido do governo) e o MDB (partido de oposição consentida).

Foi neste quadro, de total falta de liberdade política, que os defensores da escola privada impuseram as reformas na educação. Primeiramente elaboraram as reformas no ensino superior. Seguindo os interesses ideológicos do imperialismo em aliança com os militares, impuseram as recomendações privatista de Atcon, a teoria do capital humano e a ideologia de Segurança Nacional.

A primeira medida tomada pelo Estado autoritário foi com relação a reforma do Ensino superior. O novo contexto político-econômico exigia uma nova universidade, voltada para os interesses privatistas, devendo estar enquadrada aos novos ditames ideológicos do imperialismo. José Willington Germano (1994, p. 117) afirma que

A partir de 1964, acordos foram feitos entre o MEC e a Usaid — uma agência do governo americano — abrangendo todos os níveis de ensino. Outros assessores norte-americanos, a serviço do MEC, como Rudolph Atcon, se envolveram também na definição da reforma Universitária. Desse modo, a tônica do chamado Relatório Atcon (1966) recaía sobre a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade. Além disso, o Relatório enfatizava a importância de racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, privilegiando, assim a questão da privatização do ensino.

A privatização do ensino superior virá, principalmente, através do Conselho Federal de Educação, que tinha seus membros nomeados pelos militares. Este Conselho, autorizará a criação de instituições de ensino superior por todo o país. Assim, os empresários da educação criam suas escolas e ampliam seu mercado.

O princípio ideológico da teoria do capital humano enquadra a educação na nova orientação econômica do Estado brasileiro, estando esta voltada para o processo de produção capitalista que visa atender os interesses imperialistas. Nesta lógica, a educação superior deverá estar a serviço da reprodução da nova orientação econômica do Estado militar. Frigotto (1996, p. 41) entende que:

a idéia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomando como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.

O princípio da Ideologia da Segurança Nacional, baseado na lógica do autoritarismo excludente estará presente em todas as políticas do Estado militar. A questão do autoritarismo será a regra elementar das ações tomadas neste período de ditadura. Com um aparato repressivo muito bem montado, os militares imporão através da violência física e psicológica, todas as suas ações à sociedade brasileira. A exclusão virá na forma da concentração política e econômica do poder, com a utilização de um forte aparato de controle em todos os aparelhos de reprodução ideológica da sociedade fazendo que ocorresse desta forma uma profunda alienação das pessoas. Assim, as reformas na educação superior estarão voltadas para uma visão utilitarista e economicista, portanto, atendendo as novas orientações econômicas do autoritarismo excludente.

As reformas do ensino de 1º e 2º graus não serão diferentes da orientação dada para as reformas do ensino superior. A diferença maior estará no processo de elaboração. No ensino superior houve muita resistência, principalmente por parte dos estudantes universitários que invadiram Universidades importantes no país fazendo com que os militares antecipassem o processo de reforma num período onde foram possíveis algumas manifestações civis. As reformas do ensino de o 1º e 2º graus foram realizadas no período de maior repressão e terrorismo do regime, impossibilitando, desta forma, qualquer manifestação de contrariedade ao projeto dos ideólogos da ditadura.

A questão central das reformas de 1º e 2º graus estará no princípio da teoria do capital humano que, com o objetivo de atender uma exigência tecnicista de educação, devido ao processo de hegemonização do imperialismo, com sua política de acumulação de riqueza através da mais-valia, terá que elaborar uma política escolar, onde o estudante será preparado para o mercado de trabalho, com treinamento e não com construção de conhecimento.

a ampliação do acesso à escola e o prolongamento da própria escolaridade representam, ao mesmo tempo, uma forma econômica e política de gerir as necessidades do capital e uma resposta à pressão da classe trabalhadora por mais escolaridade, carrega consigo a tendência à elevação dos patamares escolares muito além do que é conveniente (econômica e politicamente) para a funcionalidade do modo de produção capitalista. Esta é uma tensão permanente, cuja origem se localiza no caráter contraditório e antagônico das relações sociais desse modo de produção. (op. cit., 1993, p. 163).

Com a conquista do acesso à escola pela classe trabalhadora, as elites dirigentes do Estado capitalista, principalmente no Brasil, organizaram uma escola que não está preparada para produzir conhecimentos que liberta, mas sim reproduzir a história da classe dominante num processo de treinamento, sem explicar a evolução da ciência, eliminando desta forma a formação de consciência do educando.

A reforma do ensino de 1º e 2º Graus, seguindo a lógica da teoria do capital humano, com uma visão tecnicista da educação, voltada para a ótica economicista “constitui-se, a nosso ver, numa das formas de desqualificação do processo educativo escolar”. (op. cit., 1993, p. 169).

Portanto, com a elaboração da Lei 5.692/71, encerra-se a fase de reformas na educação, estando ela adequada aos princípios político-econômicos do Estado Militar, quando, a partir de 1964, com a derrota do modelo nacional desenvolvimentista, o imperialismo impõe sua política de exclusão e acumulação na sociedade brasileira.

Um regime político baseado na centralização total do poder, usando uma máquina poderosa de repressão e com profundo processo de exclusão social, através da concentração do capital, sob um regime econômico baseado na exploração dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, não poderia se perpetuar no poder por longo tempo, embora tenha durante duas décadas criado no país um profundo fosso social entre riqueza e pobreza.

A educação, durante o regime militar irá fracassar como o próprio regime. O aspecto tecnicista, a característica mais forte imposta pelas reformas começará a ser revista durante o próprio regime. A preparação para o trabalho como estava colocada

na Lei, não atendeu o mercado de trabalho, como era um dos seus objetivos e também tirou da escola o seu papel principal, que era dar formação geral ao educando.

O fracasso das reformas de 1º e 2º Graus é proporcional ao regime imposto ao país. Durante estes vinte anos, concentrou a riqueza que produziu, gerando uma exclusão social, que deixa a metade de sua população vivendo na mais absoluta miséria. Para concluir Saviani (1996, p. 119), acrescenta que, “se a Lei nº 5.692 complementa a Lei nº 5.540 na ambição de haver reformado toda a organização escolar brasileira, segundo as exigências de continuidade socioeconômica e ruptura política já referidas, segue-se que o significado político da Lei nº 5.692 é fundamentalmente aquele mesmo já apontado em relação à Lei nº 5.540”. Ou seja, obedecendo a orientação ideológica da Lei de Segurança Nacional, impõe à educação brasileira reformas, na qual a escola cumpra com seu papel de reprodução social autoritária dos militares a serviço do imperialismo internacional.

Com o fim do regime militar, a década de 80 será marcada pela reativação da sociedade civil, através da retomada dos movimentos populares e rearticulação dos partidos políticos e ideológicos da sociedade brasileira. Embora, os militares saiam do governo muitíssimos desgastados, foi articulada pelas elites burguesas, uma transição sem traumas, fato que ocorreu com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para Presidente da República em 1985.

Articulado o afastamento direto do povo no processo da transição, as elites montaram no Congresso as candidaturas de Tancredo Neves para Presidente e José Sarney como Vice, para serem os responsáveis pela transição. Embora, Tancredo não fosse um homem comprometido com as lutas populares, com certeza seria mais vinculado com a democracia do que Sarney. Por isso a morte de Tancredo Neves representou, de certa forma, uma perda para a conquista da democracia via transição burguesa, pois o governo José Sarney foi composto com forte representação dos ideólogos da ditadura, sendo ele próprio um dos membros mais importantes da ARENA, partido fascista, que governava juntamente com os militares.

O governo José Sarney foi marcado por sucessivos fracassos econômicos, com acelerado processo de crescimento inflacionário, empobrecendo ainda mais a população. A conquista mais significativa foi a elaboração da nova Constituição, com significativa participação popular, onde ocorreram algumas conquistas importantes para o povo.

Chegado o fim da transição, a sociedade aguardava com ansiedade a eleição para Presidente, pois já fazia quase três décadas que não tínhamos esta disputa eleitoral. Com o crescimento da organização popular na década de 80, articularam-se duas candidaturas no campo popular — Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola. Já as elites que apostaram na via de transição democrática para a sucessão dos militares e tiveram no governo de José Sarney um fracasso, ficaram órfãs de uma nova liderança. Por isso criaram uma candidatura que representasse algo novo do ponto de vista burguês resultando como candidato Fernando Collor de Melo.

Foram para o segundo turno Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo. Lula representava o projeto das forças sociais até então excluídas da sociedade, enquanto Collor trazia o apoio dos mesmos grupos econômicos vencedores da disputa

ocorrida em 64. Collor venceu as eleições e abriu o caminho para as elites encaminharem o país no novo cenário internacional da globalização e da nova ordem econômica de competitividade absoluta e neoliberal do imperialismo.

Com a vitória de Fernando Collor de Melo, houve uma grande frustração dos movimentos populares no Brasil. O representante das elites logo mostrou a que veio, colocando em prática a política do entreguismo, com a privatização do patrimônio nacional e os ataques às conquistas sociais dos trabalhadores, com as reformas da Constituição.

Na educação nasce o projeto de uma nova LDB, construída com grande participação popular no final dos anos 80. A então nova conjuntura não era nada favorável às conquistas dos movimentos democráticos.

As eleições de 1989 modificaram as correlações de forças. "As eleições de 1990 alteram o quadro do Congresso Nacional. Nessas eleições, as 503 cadeiras da Câmara estão distribuídas entre 19 partidos, enquanto as 81 do Senado entre 12. Com uma nova composição parlamentar, cujo perfil é mais conservador que a composição da legislatura anterior ..." (Oliveira, 1997, p. 333).

O discurso da modernidade de Fernando Collor de Melo estava posto e o imperialismo internacional investia forte na ideologia neoliberal, do "Estado mínimo"⁴. Ianni (1999, p. 220), escreve que:

A superioridade do 'mercado' sobre o 'planejamento' tem sido um argumento freqüente entre os neoliberais. Procuram explicar a força e a persistência do capitalismo com base nesse argumento. Alegam que o mercado é o espaço por excelência do intercâmbio entre compradores e vendedores. Baseados nos princípios da liberdade e da igualdade econômicas, nas relações entre proprietários de mercadorias, uns e outros beneficiam-se do intercâmbio, da troca, da competição, da emulação, da produtividade, da lucratividade, da escolha racional do individualismo.

O governo de Fernando Collor de Melo pouco tempo vai durar, pois sua política entreguista e de corrupção logo será demonstrada, pois nomeou assessores despreparados para o governo, mas muitos deles preparados para roubar o dinheiro público. Assim, em 1993 o "caçador de marajás", como foi denominado, sofre o processo de impedimento e é afastado do poder.

Para terminar o mandato assumiu seu vice, Itamar Franco, que deu uma refreada na política neoliberal de Fernando Collor de Melo. Este período serviu também para as elites articularem uma candidatura que assumisse de vez as políticas neoliberais. Isto vai acontecer com a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para Ministro da Fazenda, onde cria sob orientação do imperialismo internacional o Plano Real.

A coligação entre os mais governistas de todos os partidos brasileiros — o PFL e o PSDB — foi montada para enfrentar novamente a frente popular com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. A coligação conservadora, com apoio do grande capital e dos meios de comunicação, sai vitoriosa ainda no primeiro turno.

⁴ Para os neoliberais Estado-Mínino significa um Estado totalmente descomprometido com as questões econômicas e as políticas públicas, como saúde, educação, agricultura etc. Mas centralizado pelos ideólogos do neoliberalismo — quando se trata de questões políticas.

Nesse momento, a nova LDB era também uma exigência das políticas neoliberais. Assim, os princípios que nortearam o projeto inicial de LDB com gestão democrática, escola pública de qualidade e recursos públicos somente para a escola pública, serão definitivamente derrotados.

A privatização neoliberal na LDB estará no princípio da teoria do capital humano, que busca, na formação dos recursos humanos, a lógica para a produção do capital. Assim, sob esta orientação será elaborada a Lei 9.394/96, que representa total destruição da escola pública, seguindo o processo de exclusão social imposto pelas políticas neoliberais.

Inspirada na lógica do neoliberalismo econômico, a lei 9.394/96 trouxe poucos avanços para a educação nacional. Sua elaboração ocorreu em uma conjuntura política desfavorável às forças progressistas, conforme abordamos anteriormente. Isso fez com que a LDB tivesse um caráter conservador e muito pouco inovador, como analisa Pedro Demo (1997, p. 67).

A nova LDB, na verdade, não é inovadora, em termos de que seriam os desafios modernos da educação. Introduz componentes interessantes, alguns atualizados, mas, no todo, predomina visão tradicional, para não dizer tradicionalista. A Lei reflete, aí, nada mais do que a letargia nacional nesse campo, que impede de perceber o quanto as oportunidades de desenvolvimento dependem da qualidade educativa da população. É difícil fugir da constatação de que para a elite interessa, pelo menos em certa medida, a ignorância da população, como tática de manutenção do *status quo*. Essa percepção torna-se tanto mais complicada, porque para uma parte da elite já não poderia interessar o atraso, porque este não lhe dá mais lucro. A competitividade moderna da economia está intrinsecamente conectada com a questão educativa, ainda que se fixe no trabalhador. Entretanto, mesmo assim, pode-se afirmar hoje que um trabalhador que não sabe pensar já não é útil para a produtividade moderna.

Se a LDB pouco avançou no aspecto de criar condições para se produzir uma ação educativa, onde possibilitasse ao trabalhador adquirir conhecimentos que lhe instrumentalize no sentido de construir sua cidadania, o próprio governo vai criando leis para ampliar o desmonte da educação pública, como é o caso do PL 1603/96 que trata do ensino profissional, como se refere Kuenzer (1997, p. 91). “a atual proposta de ensino profissional é tão anacrônica e confusa, que não serve sequer ao capital, que tem mais clareza do que o próprio MEC sobre as demandas de formação de um trabalhador de novo tipo, numa perspectiva menos retrógrada de superação do taylorismo”.

O que veio, pois, é uma LDB que atende aos interesses do capital internacional expressos pela ideologia neoliberal. A Lei 9.394/96, então, criou a possibilidade legal de regulamentar o ensino profissional por decreto e não por um projeto de lei, o que propiciaria certa intervenção dos setores educacionais organizados através de seus representantes no Congresso Nacional. (Martins, 2000, p. 78-79).

Desta forma, o atual governo pouco tem contribuído para fazer da educação pública a mola propulsora rumo a uma sociedade mais justa e democrática, pois o contrário é o que tem ocorrido, com incentivo à privatização e o conseqüente desmantelamento dos serviços públicos.

A escola pública, como espaço de interseção de interesses plurais, de construção do conhecimento e de exercício da democracia, vem sendo invadida pelo princí-

pio de que o serviço público é ineficiente, enquanto o privado é racional e de melhor qualidade. Mas, o que ocorre, na verdade, é a implementação de políticas que se distanciam da moralidade e dos valores democráticos. São estratégias defendidas e monitoradas pelo Banco Mundial: implementação de currículos que preparam para o trabalho num quadro de processos poupadores de trabalhadores, ênfase apenas no ensino fundamental, redução de verbas (PIB de 3,7% gastos totais ou 2,5% gastos correntes), formação em serviço em detrimento da formação inicial, prioridade nas instalações de equipamentos e salas ambientais, prioridade na racionalidade de recursos, controle sobre os resultados, avaliação institucional, estratégias de competitividade entre escolas e estímulo ao autofinanciamento. (Silva, 1999, p. 194).

Outro aspecto em que a LDB não avançou quase nada é em relação à valorização do professor. O Art. 67 apenas se refere ao “piso salarial profissional” (III). O discurso da valorização tornou-se rotina, ficando na generalidade e dependência de condições com atribuição das responsabilidades a Estados e Municípios. Nesta perspectiva, nada irá acontecer e a miséria continua e continuará como rotina para os educadores.

Portanto, o que resta agora é a reorganização da sociedade para criar condições mais objetivas, construindo novas correlações de forças, principalmente no nível político, para que possamos em outros embates revertermos esta situação desfavorável que foi criada, com a implantação da atual Lei 9.394/96. Bianchetti (1997, p. 114) orienta que

Este compromisso deve levar-nos a aprofundar a análise deste modelo que muitas vezes mascara suas propostas como se elas fossem amplamente democratizantes e participativas. Somente conhecendo as raízes de suas idéias e suas derivações poderemos oferecer uma alternativa que o supere e permita construir uma verdadeira proposta democrática.

Resgatando a fala de Sanfelice, que acredita que o compromisso de qualquer cidadão que se oponha as práticas neoliberais, é lutar contra elas, Saviani (1998, p. 235), propõe a estratégia da resistência ativa neste momento da conjuntura.

Nesse novo contexto, a resistência passiva termina por resultar inútil. Daí a necessidade de se passar à resistência ativa. Esta implica pelo menos duas condições: a primeira se refere à forma, isto é, a exigência de que a resistência se manifeste não apenas individualmente, mas através de organizações coletivas, galvanizando fortemente aqueles que são, de algum modo, atingidos pelas medidas anunciadas; a Segunda diz respeito ao conteúdo, envolvendo, portanto, a formulação de alternativas, às medidas propostas, sem o que será difícil conseguir a mobilização.

Seguindo a lógica da resistência ativa teríamos que construir uma outra política educacional. Segundo Saviani, a mesma teria que atacar principalmente as questões sociais, ou seja, a educação e a política social teriam que ser desatreladas da política econômica.

O Brasil tem hoje um déficit na política social em todas as áreas devido ao caráter anti-social da política econômica. Uma outra política educacional não poderia ser pensada descomprometida da política social, pois se temos 49,5 milhões de analfabetos, esse mesmo número não tem casa, emprego, comida e outras necessidades básicas. Sem falar nos problemas da agricultura, saúde pública, transporte, drogas e a criminalidade, que aumentam por falta de educação e política social.

Um dos motivos da ocorrência desta situação é a lógica economicista dos governos brasileiros. “A partir de 1964 o protagonismo no âmbito do planejamento educacional se transfere dos educadores para os tecnocratas o que, em termos organizacionais se expressa na subordinação do Ministério da Educação ao Ministério do Planejamento cujos corpos dirigente e técnico eram, via de regra, oriundos da área de formação correspondente às ciências econômicas”. (Saviani, 1998, p. 78). Portanto, se investe bilhões para salvar bancos privados, enquanto na educação, em 1997, por exemplo, o Brasil investiu somente 4,53% do PIB. Porém o discurso, dos governantes continua apontando a educação como uma de suas prioridades.

Após a promulgação da nova LDB, a sociedade ainda terá muito que lutar para alcançar conquistas populares, pois o quadro político-econômico aponta para o avanço dos neoliberais. A reeleição de Fernando Henrique Cardoso é um exemplo disso. O quadro de destruição dos serviços públicos, entre eles a educação, empobrecimento, miséria, desemprego e a crescente criminalidade, indicam que os opositores das políticas neoliberais terão muito que lutar para construir uma sociedade com justiça e igualdade.

Portanto, o que percebemos com a realização desta pesquisa, é uma hegemonização do capital sobre o trabalho. A educação, ao longo do processo histórico, embora com conquistas do povo, principalmente a ampliação do acesso à escola pública, percebemos que tem respondido aos interesses das classes dominantes em detrimento às necessidades da população.

A fragilidade econômica do Estado, com as privatizações, tem sido uma consequência dos avanços do imperialismo na sociedade brasileira. Este fato fica muito claro neste momento histórico, pois à medida que o Estado empobrece, automaticamente fragilizam-se as políticas públicas. “É necessário que nos libertemos da lógica do mercado para falarmos, então, de uma busca de liberdade. É necessário defendermos um Estado máximo para as políticas sociais e um Estado mínimo para o capital”. (Sanfelice, 1999, p. 159). Assim, é preciso inverter a ordem e colocar o homem no centro, e não o mercado.

REFERÊNCIAS

- BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **O modelo neoliberal e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.
- DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas: Papyrus, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1994.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. **A LDB e o contexto nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos — 1988 a 1996**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação — Universidade Estadual de Campinas.

SANFELICE, José Luís. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na Legislação do ensino**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, Autores Associados, 1998.

_____. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas, Autores Associados, 1998.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: Radiografia de um modelo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.